



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ATA

Sessão Extraordinária de Março – 14MAR2024

N.º 28/2021-2025

Data: 14 de março de 2024 (quinta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos dos n.ºs 1, 7 e 10 do artigo 35.º e do artigo 39.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas, Daniela Ribeiro Alegria, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho, Domingos Manuel Ferreira Vilarinho e Mariana Alvelos Silva.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Assunção Mariana Carlos Ramos, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência da vereadora Maria de Fátima Fragoso Teles foi devidamente justificada.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Partido Social Democrata: Ricardo Daniel Ramos Mendes substituiu André Filipe Casqueira Guimarães.

Substituições de Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António das Neves Rocha foi substituído pelo Secretário do Executivo, José António Falcão Ribeiro Arvins.

Ordem do Dia

Nos termos do n.º 7, do artigo 35.º e do n.º 4, do artigo 39.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 1. "Resolução de requerer declaração de utilidade pública de expropriação por utilidade pública com caráter de urgência". Ato deliberativo: Aprovação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo).

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':19")

«Boa noite. Já estamos online. Boa noite, caras Deputadas e caros deputados. Boa noite ao Executivo. E boa noite a quem nos acompanha em casa. Sejam bem-vindos à Sessão Extraordinária de março. Vou começar por pedir a minha Segunda Secretária que faça a chamada.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (07':45")

«Boa noite a todos.»
(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 1. "Resolução de requerer declaração de utilidade pública de expropriação por utilidade pública com carácter de urgência".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':56")

«Muito obrigado. Dado que estamos perante uma sessão extraordinária, entramos já na Ordem do Dia para apreciação e deliberação sobre o ponto único dos trabalhos desta sessão, portanto, o ponto 1 “Resolução de requerer declaração de utilidade pública de expropriação por utilidade pública com carácter de urgência”. Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (10':26")

«Boa noite a todos. Cumprimentar o Presidente da Assembleia e cumprimentar todos os outros restantes elementos. Não sei se a comunicação está ou não. Cumprimentar também quem está lá em casa e todo o Executivo da Câmara Municipal.
O que nos traz aqui, hoje, é, unicamente, uma resolução de requerermos uma declaração de utilidade pública para expropriação de um terreno, de carácter urgente. Está consagrado naquilo que é o direito, esta posse administrativa, para podermos adquirir e, depois, idealizar aqui a construção de 32 fogos. É com este objetivo que nós trazemos isto à Assembleia. Estamos disponíveis para esclarecer o que quer que seja, mas com carácter de urgência, porque a Estratégia tem timings de fecho e também de apresentação destas candidaturas. Este é um documento em que nós registamos também, aqui, os registos prediais e aquilo que é a inscrição matricial do terreno, portanto, conformando todo este documento com tudo o que é legal para que ele possa ser validado por vocês, e deixarei à vossa consideração. Se houver algum esclarecimento adicional, Senhor Presidente, estamos disponíveis. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (11':39")

«Muito obrigado. Vou então abrir a primeira ronda de inscrições, começando pelo Chega e por fim o Partido Socialista. Do PSD há uma inscrição. Margarida, por favor.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (12':12")

«Caro Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimentar os Secretários da Mesa. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento os restantes Vereadores do Executivo. Caros Deputados Municipais do Município de Ílhavo. Cargo público, comunicação social e quem nos acompanha em casa. Nós temos que justificar um bocado o porquê de estarmos aqui. Olhando para o documento, verifico que a urgência é que esta decisão teria que ser validada na Assembleia Municipal até ao dia 31 de março. E, por isso, é que se justifica esta

Extraordinária. Provavelmente poderia já ter vindo mais cedo porque, desde 2022, este ponto até já podia estar debatido e aprovado, sem qualquer constrangimento. E, provavelmente até, às vezes nós somos acusados por causa das despesas e teríamos evitado esta despesa se tivéssemos feito o devido agendamento.

Aquilo que me traz aqui é que a obra terá que estar concluída até junho de 2026, portanto, será fora deste mandato autárquico. E, agora, uma provocação. Até, provavelmente, que estamos ainda em contagem de votos, mas já posso apelar ao voto, o PSD vai ao desafio de inaugurar esta obra. Muito obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (13':42")

«Muito obrigado, Margarida. Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (13':48")

«Senhor Presidente, fico muito contente com esta participação, foi muito enriquecedora, de facto. Ficamos agradados.

De qualquer maneira também recordar que esta estratégia já podia ter começado bem antes, com uma Câmara que pudesse, potencialmente, ter mais terrenos para que essa estratégia fosse implementada. E não o fizeram antes. Portanto, nós andamos aqui numa contagem decrescente de tempo. Sabemos que temos seis anos.

Não percebo muito bem o porquê de referirmos algumas coisas nesta Assembleia, mas daria também a palavra ao senhor Vereador João Semedo. Muito obrigado.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (14':25")

«Boa noite a todos. Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa. Caros Deputados. Público, comunicação social e quem nos segue lá em casa.

De facto, agradecer as questões levantadas e queria também deixar aqui já uma nota de parabéns pelos resultados alcançados nestas últimas eleições legislativa. Não sei se referia que em 2026 iriam comemorar enquanto Governo ou se na Câmara Municipal, uma vez também haverá essas eleições. Mas poderemos deixar essa questão.

Aquilo que ficaremos todos contentes é se pudermos todos inaugurar essa obra e isso é que nos tem que deixar mesmo felizes a todos, porque a intenção é mesmo fazer e não inaugurar. Estamos cá todos e por isso é que hoje viemos a estas horas da noite com uma Assembleia Extraordinária para trabalharmos para o bem comum.

Não há muito que eu tenha que referir porque as questões também não foram muitas. Mas posso também dizer-lhe que a questão do até 31 de março também não é como refere. A candidatura foi feita para estes 32 fogos, partindo como pressuposto que a própria candidatura financiasse a aquisição, pelo que a aquisição só seria feita se a candidatura fosse aprovada. A candidatura ainda não foi aprovada, ainda está em apreciação, e aquilo que nós estamos fazer, hoje, é a discutir podermos, enquanto a Câmara Municipal e Assembleia Municipal, anteciparmos essa posição e podermos avançar com a aquisição do terreno.

Acho que estamos a dar grandes passos e esperemos que a candidatura seja aprovada. Se não for, trata-se de um terreno que já há muito a Câmara tinha trabalhado para o poder ter na sua posse, até por um processo de loteamento que tinha ocorrido e pelos investimentos que esta Câmara já fez no Bairro do Bebedouro. Não foi possível, nessa data, e as negociações depois nunca mais avançaram, ou não tiveram mais avanços, porque também não se justificavam. Entretanto, entendeu-se que este momento era o momento para se avançar com construção neste local. Portanto, deixo à vossa ponderação e disponíveis para quaisquer dúvidas que existam. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (17':05")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir uma segunda ronda de intervenções. Do Chega. PS? Luís Leitão. Do 'Unir Para Fazer'? José Pinto Reis e o Pedro Cristo. Do PSD? Temos a Margarida Alves. Muito bem, vamos começar pelo Luís Leitão, por favor..»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (36':36")

«Boa noite a todos. Dada a importância desta Assembleia, da convocatória de ponto único, sem direito a termos Período de Antes da Ordem do Dia, portanto, poderá soar a estranho

também quem nos escuta lá em casa ou quem nos vê lá em casa, que isto poderia ser uma Assembleia record.

Não querendo estar aqui, também, só a falar por falar, queria fazer um comentário adicional e enquadrar todo este sistema. Dizer que, na verdade, politicamente esta Assembleia tem história. É a história daquilo que nós temos que fazer e daquilo que não se fez. E, portanto, dizer a todos os presentes que este é um exemplo da forma como, em muitas coisas, a nossa Câmara, nos últimos anos, passou ao lado do agir e do atuar, em ter uma visão estratégica, em termos de futuro. A habitação, hoje tão em moda e que tanto crucifica, também, governos e governantes, não é como a gelatina que se compra no supermercado e que se junta água morna e passado algumas horas, se metermos no frigorífico, temos a gelatina feita. A habitação tem uma estratégia e tem os seus tempos e, portanto, só daqui a alguns anos é que nós obteremos resultados evidentes daquilo que é a decisão estratégica de uma Câmara, de uma entidade, seja ela qual for, e até das nossas famílias.

Portanto, nós vamos viver para a casa nova amanhã, se a comprarmos, ou, então, esperamos que ela se construa, que obedeça à burocracia das câmaras, essa terrível burocracia que faz com que os particulares e muitos dos investidores fiquem anos afim, meses afim, anos afim à espera sempre de um papel que falta do senhor Arquiteto que, entretanto, fez mal as cotas e por lapso não consta no alvará a realidade, e, depois, o utente é que vai ter que andar de reuniões em reuniões até que alguém tenha a coragem de assumir que se enganou num mero pró forma. Portanto, isto é a realidade da burocracia, desta e de qualquer outra Câmara deste país. É assim que as coisas acontecem.

Na verdade, o PSD, ao longo dos últimos anos, esqueceu-se de fazer coisas, esqueceu-se de fazer muitas coisas, e na habitação não foi exceção.

A Gafanha da Nazaré, em particular, há muitos anos que merecia uma atenção específica sobre o sobre este tema e o lugar do Bebedouro, estranhamente, até estou completamente sintonizado com o Senhor Presidente da Câmara e com o senhor Vereador, o lugar do Bebedouro há muitos anos que dizia “resolvam este problema e tenha uma visão estratégica e construam mais”. Não se fez, está-se agora a fazer à pressa. E para resolver aquilo que também é uma originalidade da nossa região, que é, ao contrário de outros concelhos que têm quintas de um só dono, nós temos muitos terrenos de muitos herdeiros e este é mais um exemplo do que existe.

Portanto, sim, falhámos ao longo dos tempos. Estamos a apressadamente fazer aquilo que ainda não se fez, aquilo que a Câmara do PSD não fez e aquilo que a Câmara do Movimento “Unir Para Fazer” também não fez atempadamente. Estamos, agora, a queimar algumas etapas, porque uma coisa é estarmos à espera que aprovem uma candidatura, outra coisa é querermos saber se estes terrenos podem e devem ser nossos e que temos uma visão de futuro. Já todos devíamos saber que aquilo deveria ser a zona natural para se dar complemento àquela situação. Portanto, o dinheiro fica no banco muito bem e deixam lá ficar o dinheiro a eternizar-se, a passar os saldos de um ano para o outro e, na verdade, não atuam. Há mais zonas na Gafanha da Nazaré, em particular essa Freguesia que também tem sido esquecida ao longo dos anos nalgumas intervenções estratégicas. O Governo do PSD cometeu esse erro, concentrou as suas atenções em Ílhavo e Ílhavo reconheceu-lhe com a derrota nos votos, votando em massa no “Unir Para Fazer”. Fizeram obras muito bonitas, mas não cuidaram do desenvolvimento. E na Gafanha da Nazaré não desenvolveram. É evidente a falta de estratégia que vemos na Gafanha da Nazaré quando chegamos à zona da Igreja, a zona das rotundas que deviam estar feitas e não estão feitas, à zona dos terrenos que dizem venda-se e não se compraram, e das casas que estão em ruínas e ninguém compra. Podem dizer que andam a tentar, mas mais um ano e meio ou dois anos já de mandato passaram, passaram-se não sei quantos de governo do PSD e as coisas continuam por resolver.

E sim, que fique aqui para todos nós o exemplo de como, à pressa, temos que fechar um dossier que é esta compra apressada através da expropriação, que podia já ter sido feita há muitos anos por outra entidade.

E deixo com isto, para terminar, porque hoje não é dia de falar de eleições porque não está no período do dia, vamos tratar disso noutra altura, diria eu, Margarida, que tal como no clima que levantámos com sol e está a chover, e aquilo que era previsível não aconteceu, que era deitar-nos, hoje, num dia tranquilo, sem chuva, está uma tormenta lá fora. E pode ser que aconteça em 2026 a mesma coisa. Que todos contem com o ovo no sítio da dita e haja uma surpresa eleitoral, não através de um movimento qualquer, populista ou dum movimento popular, mas sim através da consolidação de um projeto que seja reconhecido pelos cidadãos da Ílhavo. Obrigado.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (23':49")

«Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite à restante Mesa. Boa noite ao Executivo. Boa noite, Senhores Deputados.

Eu podia começar por pedir a defesa da honra por esta falta de chá do Luís Leitão de chamar ao Movimento “Unir Para Fazer” populista. Populista é o PS quando faz estas declarações. É este tipo de culturas que fazem com que depois, com este tipo de posturas, temos fenómenos, ou epifenómenos que não sabemos muito bem como havemos de tratar no futuro. Mas isso são outras questões que haveremos de falar também mais à frente.

Em relação àquilo que aqui nos trouxe, a primeira coisa que temos é de lamentar que não se tenha podido, na negociação particular, atingir uma negociação que satisfizesse os proprietários e isto já vem de longa data. Eu estou convencido que era uma tarefa impossível, tendo em conta a quantidade de interlocutores que teria que existir, mas também esta medida poderia ter sido pensada, quem sabe, no passado. E ao contrário do que Luís diz, eu até tenho alguma discordância com o Executivo nesse aspeto, aquela zona não está condenada a fazer este tipo de habitação para todo o sempre. As novas tendências é que as habitações de custos controlados, as habitações sociais, as habitações destinadas aos identificados nesta política da Estratégia Local de Habitação sejam dispersas pelo território, que não se concentrem em determinada zona. Aquilo que temos, neste momento, é que serão feitas em duas zonas, mas na Gafanha da Nazaré a acrescentar a uma zona em que já existe. E mais vale, hoje, optarmos por esta via, optarmos por concentrar um pouco mais de que perdermos as oportunidades porque, infelizmente, esta Câmara não tem uma bolsa de terrenos disponíveis para que possamos tomar outras opções. E é esse o desafio que teremos que ter para o futuro.

E pôr no mesmo saco alguém que esteve no governo deste município 44 anos, dos quais os outros quatro foram vocês que estiveram, vocês Partido Socialista, em que eu também estive, não é preciso lembrar que eu também estive, por isso, pôr no mesmo saco alguém que está há dois anos a gerir os destinos do nosso município e alguém que esteve 44, é, não mais, nem mesmo que populismo bacoco.

Acho que devemos felicitar a Câmara Municipal, em todo o seu Executivo, porque esta proposta foi aprovada por unanimidade, e a coragem de declarar esta expropriação como de utilidade pública, aquilo que é uma bomba atómica, devemos utilizá-lo em último recurso, mas quando é necessário, temos que o fazer. E dou os parabéns à Câmara Municipal por ter feito, por ter proposto aos restantes elementos da Câmara Municipal que foram, neste caso, solidários e que aprovaram, tendo em conta aquilo que é o valor principal da nossa estratégia, que é encontrar uma solução para os agregados familiares que necessitam. Muito obrigado.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (28':15")

Defesa da Honra

«Boa noite a todos presentes. Afinal, os comentários ali do colega Luís Leitão destinavam-se ao Chega. É lamentável. Ouvi, eu ouvi. Eu fiquei na dúvida, primeiro, fiquei na dúvida, mas depois ouvi. É lamentável, realmente. Não consigo entender, depois de 50 anos, ainda não consigo entender que estamos num sistema de democracia representativa. Exato. E que a força que realmente teve os resultados conhecidos de 400% de crescimento foi o Chega.

Portanto, acho que já era tempo do PS parar de ignorar que há um grupo grande de pessoas que não concorda com a forma como este país tem sido governado durante 50 anos. Portanto, já era também tempo de pararem com o disco riscado do populismo, do extremismo, entre muitas outras coisas que as pessoas lá em casa estão, e aqui, estão todos habituados ouvir, o cerco, no fundo, sanitário que, sobretudo a comunicação social, tem feito ao Chega porque o Chega chegou para ficar.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (29':19")

«Sérgio. Sérgio. Isso não é defesa da honra.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«É, tem a ver com os comentários.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Não. O Sérgio pediu para defender a sua honra.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega:

«Muito bem, eu vou terminar. Obrigado.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento “Unir Para Fazer”: (29':44")

«Muito boa noite, Senhor Presidente da Mesa e restantes membros. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Caros colegas, membros desta Assembleia. Público aqui presente e público que está a assistir nas suas casas.

Gostaria de recordar que, quando este Executivo entrou em funções, da Estratégia Local de Habitação, que muitos já apregoavam que estava já algumas casas a serem entregues, tinha sido adjudicado, poucos meses antes, um estudo para o mesmo ser executado. Não foi o “Unir”, foi o PSD. Se já tinham feito, alguém já devia ter feito.

Gostaria de recordar que, quando este Executivo chegou, aqui, ao poder, o PDM local andava a ser empurrado com a barriga para a frente. Não foi o “Unir”. Não foi o PS. Foi o PSD.

Isto para dizer, se calhar, muitas medidas ao nível da habitação que se estas duas grandes ferramentas para se trabalhar estavam, como posso dizer, a ser empurradas com a barriga. Neste momento estamos a trabalhar, estamos a fazer. “Unir Para Fazer”. Agora já estamos a fazer.

Gostaria de congratular os senhores Vereadores e o Senhor Presidente pela decisão unânime desta medida que trazem aqui a esta Assembleia e não acredito que a mesma não tenha outro desfecho.

Desta vez não tive oportunidade, não tivemos oportunidade porque pensaríamos que não seria tão essencial, mas eu partilho da ideia do Pinto Reis, apesar de pertencer ao mesmo grupo, de que, se calhar, a questão do Bebedouro, e não partilho a opinião do Luís Leitão, a questão do Bebedouro poderia ser uma solução. Esta solução é a solução mais rápida e deve-se avançar rapidamente, mas, se calhar, numa visão futura, a descentralização deste tipo de habitações seria melhor, até para a própria inclusão social das pessoas que vão residir nas mesmas.

Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente duas questões. A Estratégia Local de Habitação, que aprovámos aqui, logo pouco depois do início do mandato, que passos é que já foram dados? Como é que estamos a nível de concretização? Penso que é importante termos dito, mas é preciso saber como é que as coisas se encontram.

E agora, sem ter a ver com a questão da Estratégia Local de Habitação, até porque estão sempre a dizer que nós não dizemos mal do Executivo, que é só... gostaríamos de saber, fora a Estratégia Local de Habitação, que ações ou se existiram ações tornadas em Ílhavo para termos mais habitação e não especificamente uma habitação para o 1.º Direito, pessoas carenciadas, mas uma habitação em termos gerais. Exemplos: algum avanço, alguma negociação com construções a custos controlados? Alguma melhoria no circuito de decisão nos próprios serviços da Câmara para que se evitem os tais anos de espera, etc., etc. Muito Obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (33':17")

«Boa noite, novamente. Ainda bem que a minha intervenção trouxe este debate todo e defesas da honra que também acho que foi um bocadinho descabido, Sérgio, foi um bocadinho descabido e desenquadrado, mas pronto, vivemos em democracia.

Senhor Vereador João Semedo. Eu falei na referência da data de 31 de março pelo facto da candidatura ir ao programa do 1.º Direito. E, de facto, isto até poderia ser feito noutra altura, mas existem timings e existe aqui um programa de seis anos e há aqui uma forma de aproveitar e irmos buscar algum dinheiro. Agora, há aqui uma coisa. E aqui vou fazer a defesa da honra do Partido Social Democrata. É assim...

Está aqui a prova provada, neste documento, que, de facto, a negociação no particular era difícil. Está aqui a prova provada. E, naturalmente, o Executivo conseguiu e se conseguindo isto dá um passo do trabalho que já vem de trás, conforme o Pinto Reis foi falando e apontando, porque estes contactos não apareceram só agora. A questão do Bebedouro é uma questão que o Partido Social Democrata sempre teve noção que tinha que resolver e que poderia resolver, só que os privados não permitiam a negociação. E daí estarmos a aprovar, a dar esta autorização para expropriar. É só isto. Portanto, isto não se faz em dois anos. Eu só quero, e o meu desafio foi este, verificar que com o projeto de arquitetura, especialidades, licenciamentos, a obra, apesar de estar aqui a possibilidade de fazer obra modular. Mas até na obra modular nós temos que verificar se existe qualidade que permite às pessoas terem dignidade na sua habitação. Com certeza que, se chegarmos a junho de 2026, eu sou uma mulher de fé, e fomos inaugurar isto, o PSD terá muito gosto de lá estar para ir à inauguração. É só isso. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (35':35")

«Muito obrigado, Margarida. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (35':43")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou passar ao senhor Vereador João Semedo e acabarei com uma intervenção. Muito obrigado.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (35':56")

«Boa noite, mais uma vez.

Relativamente àquilo que foi a intervenção do senhor Deputado Luís Leitão, tenho algumas reservas. Até já houve quem respondesse sobre as acusações que nos fez, porque nos sentimos. Não vale a pena estarmos a voltar ao assunto.

O Deputado José Pinto Reis elenca aqui uma série de situações. Disse, até, que não concorda com as medidas do Executivo pelo facto de estarem a aumentar um bairro que já existe e que pode ter outras dimensões. Portanto, estarmos a concentrar aqui, eventualmente, uma habitação mais carenciada.

Mas não podemos esquecer que o Bebedouro foi alvo de intervenção pela Câmara Municipal nos últimos anos e muitas das frações também foram alienadas. Portanto, já são poucas as frações de cariz social. E a construção, também, de mais 32 fogos, que é aquilo que nós temos projetado para essa zona, também promoverão aqui uma regeneração urbanística para a zona e isso também é de salientar. Optou-se por este terreno numa das medidas que foram solucionadas para o desenvolvimento da estratégia no âmbito do 1.º Direito, uma vez que a Câmara Municipal já era detentora da frente do terreno, portanto, já tinha uma parte. Fazia todo sentido adquirir o prédio do tardo, que não tem qualquer frente para arruamento, e com os dois prédios conseguir desenvolver um projeto. Mas, de facto, não é intenção deste município fazer essa concentração. Daí termos apresentado soluções para São Salvador, Gafanha da Encarnação e Gafanha da Nazaré. Portanto, procurámos, de facto, essa dispersão para não criarmos os chamados a guetos.

Relativamente ao facto da proposta ter sido aprovada por unanimidade, e foi referido tanto por si, como pelo Deputado Pedro Cristo, temos que enaltecer aqui esse facto, porque não houve qualquer questão mais difícil ou alguma falta de consenso na reunião de Câmara. Foi entendido por todos que se tratava de algo muito importante para o desenvolvimento deste programa.

Importa referir que esta questão do 31 de março, como disse a senhora Deputada Margarida Alves. O dia 31 de março é a data para entrega das candidaturas, não é para aprovação e para entrega. A candidatura está feita, a candidatura está submetida desde dezembro de 2023, portanto, essa questão está assegurada. Agora podemos ter, ou não ter, a aprovação. Aquilo que nós já nos apercebemos é que, de facto, a aquisição é complicada. E esta via, que hoje trazemos, é a última instância para uma aquisição, porque não é nossa intenção avançar dessa forma, até porque tivemos várias dificuldades para podermos executar esse programa, e que algumas até já foram identificadas, não só por não termos ainda a estratégia desenvolvida, que tivemos que desenvolver, tivemos que aprovar, que foi aprovado, aqui, nesta Assembleia Municipal, e tivemos que fazer um trabalho de pesquisa muito grande no mercado em termos de prédios. Aquilo que verificamos é que não existiam prédios urbanos, ou com capacidade de poderem ser urbanos, na posse do município. E até porque, também já o abordamos aqui várias vezes, não temos esses elementos. Portanto, temos uma dificuldade em conhecer o património que a Câmara tem. Eu posso-lhe dizer, inclusive, que há duas semanas descobrimos que éramos, o município, detentores de um prédio na Ervosas, com uma área considerável e que desconhecíamos e a maior parte dos funcionários desta Câmara desconheciam. Pena não permitir a construção de habitação. Portanto, tínhamos ainda esta dificuldade acrescida e, então, entendeu-se, pela dificuldade em podermos adquirir, como está explicado no documento, porque são muitos coproprietários, um deles, inclusivamente, está no estrangeiro, está incontactável - eu próprio diligenciei contactos com a Embaixada de Portugal no Canadá que me remeteu para o Ministério dos Negócios Estrangeiros que também não conseguiu dar essas informações - portanto, temos aqui uma situação complicada. Mas não temos aqui uma situação em que haja aqui algum atrito com os proprietários, ou pelo menos com aqueles com os quais conseguimos o contato, e isso também é importante referirmos.

Não vemos outro via que não seja esta, mas a questão da data está assegurada dessa forma. Depois também aqui uma nota que é as ações que o município possa estar a preconizar para poder ter mais habitação. Aquilo que nós temos trabalhado afincadamente, no âmbito da gestão de obras particulares, é para conseguirmos ser mais céleres no esclarecimento dos vários proprietários e conseguir trazer investidores para o nosso território, para a construção de mais fogos e, dessa forma, conseguirmos atingir todos os estratos sociais e, portanto,

desde a habitação a preços mais reduzidos à habitação de luxo, como temos, a preços que são anormalmente altos, sobretudo nas nossas praias.

Posso também referir, por exemplo, uma empreitada que se iniciou há poucas semanas, que foi a da Quinta da Valenta, que nos vai permitir ter mais de 100 moradias, em que temos um investidor que comprou mais de 100 lotes e que também está a trabalhar e já deu entrada para poder iniciar a construção de moradias. Depois também temos aqui 2 ou 3 loteamentos que poderão ter um peso muito interessante ou um peso muito importante para o nosso território. Refiro-me à Barra, refiro-me aqui ao Centro da Ílhavo e posso também referir que entrou um pedido de alteração ao loteamento da antiga Quinta das Laranjeiras, em Alqueidão, que também nos poderá trazer um volume muito grande de fogos, ainda para mais numa localização que está relativamente perto do PCI e também não muito longe da Universidade de Aveiro. Portanto, temos trabalhado nisto desta forma, a tentarmos captar investimento privado para o nosso território e procurado algumas soluções.

No que respeita a habitações a custos controlados, não nos podemos esquecer que o mercado privado, neste momento, consegue ter resposta para outros preços. Portanto, é muito difícil conseguirmos captar um investidor ou um promotor imobiliário a baixar o segmento e injetar no mercado fogos a um custo mais baixo, em que liberta menos margem, pelo que esse tipo de investimentos, na maioria dos concelhos deste país, sobretudo em concelhos como o nosso, com a nossa dinâmica, são difíceis de ser promovidos por particulares. Portanto, passa muito pelo IHRU.

Esse trabalho também já foi feito, de aproximação. Não temos concretização, não a temos, houve abordagens, estamos focados na questão do 1.º Direito, mas já temos aqui algumas possibilidades que poderão transitar para programas seguintes e que poderão ser muito interessantes.

Senhor Presidente, queria também só acrescentar que fico preocupado quando um partido político não quer ter intervenção e faz uma defesa da honra para um assunto que é tão interessante e tão importante para o desenvolvimento do nosso município, que é a mesma habitação. Portanto, fica também essa nota. Obrigado, Senhor Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (44':30")

«Muito obrigado. Começava mesmo por aí. Também lamento a intervenção do partido que o Sérgio representa, o Chega, porque podia ter uma intervenção muito mais objetiva sobre estas matérias.

Mas também gostaria de recordar aqui alguns assuntos que se alguma vez foi referida uma mochila, olhe, Margarida, mais um assunto de mochila. É mais um que, hoje, a Senhora ressaltou aqui e até assumiu que já estava no passado. Está a ver? É mais um que estamos a tentar resolver.

Isto é realmente uma aquisição complicada, mas é preciso pôr as mãos na massa e trabalhar para as resolver. Não é ficar de braços cruzados, porque isso foi o que nós vimos quando chegámos aqui. Há muitos braços cruzados e ainda há ainda a probabilidade de eles continuarem a acontecer. Portanto, nós vamos continuar a trabalhar no sentido de continuarmos a pesquisar, naquilo que é o nosso município de Ílhavo, respostas para as soluções que nós queremos dar. Para termos também aqui o conceito de uma empregabilidade sustentável, termos aqui todas as pessoas que aqui vivem terem as melhores condições de vida, ter a melhor escola, ter a melhor casa para habitar, ter também aquilo que nós achamos uma qualidade em termos de saúde, também, que seja acima da média dos outros municípios e também um município com menor volume de dívida possível. E por falar nisso, até deveria ter questionado isto, antes de vir para aqui, no registo do orçamento, porque no registo do orçamento já estavam estes valores englobados. Portanto, isto não é uma perspetiva que se pensa hoje, como o Senhor Vereador disse, e bem, já andamos aqui com as candidaturas desde novembro, dezembro do ano passado.

Neste momento, por último recurso, não pense que é do meu gosto convidar a Assembleia para estas assembleias. Mas temos que fazer, temos que fazer. Empenhámo-nos nisto, tomámos esta decisão de ser autarcas e, portanto, temos que viver isto de forma intensa.

Agradeço também a participação de todos e a possibilidade de estarmos aqui hoje, em especial ao senhor Presidente da Assembleia que, dentro do seu agendamento, conseguiu ter este momento para estarmos aqui. E também apreciando aquilo que o senhor Vereador nos disse do trabalho que tem sido feito na busca incessante de investidores para o nosso município, olhando sempre para as Freguesias da mesma forma, olhando sempre para o território da mesma forma, percebendo que só assim conseguiremos vencer em conjunto, agradecendo também o voto que o Executivo teve, por unanimidade, nesta questão que hoje aqui trazemos. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (47':00'')

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, coloco à votação o ponto um, e único, da Ordem do Dia.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a proposta de resolução de requerer declaração de utilidade pública de expropriação por utilidade pública com carácter de urgência, foi aprovada por unanimidade.»

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (47':25'')

«Antes de encerrarmos a sessão, queria apenas dar uma nota muito breve e meramente informal. A sessão evocativa do 25 de Abril, após reunião com o senhor Presidente da Câmara, que, desde, já agradecemos e registamos, integrará o programa cultural igualmente evocativo que o Executivo está a preparar para a comunidade nos dias 24 e 25 e será às 17:00, obviamente do dia 25 de Abril, aqui, no Salão Nobre. Seguirão brevemente os trâmites normais do processo de convocação e do alinhamento da sessão.»

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (47':58'')

«Peço agora ao Primeiro Secretário que leia a ata em minuta para que sirva de suporte legal e prova factual. Para a elaboração de edital com as liberações.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (48':10'')

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (48':39'')

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (48':47'')

«Muito bem, dou assim por encerrada a sessão. Desejo uma boa noite a todos e a todas e os votos de uma boa Páscoa. Boa noite.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 21:50 de 14 de março.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Extraordinária de Março 2024, realizada a 14 de março, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Extraordinária de Março 2024 Reunião de 14MAR2024

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes			X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Mariana Alvelos Silva	(substitui 365 dias)		X
Modesto Manuel dos Santos	suspensão 365 dias (9FEV2024)		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador		X
SUBSTITUIÇÕES			
Ricardo Daniel Ramos Mendes substitui André Filipe Casqueira Guimarães			X
O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António Rocha substituído pelo Secretário, José António Falcão Ribeiro Arvins			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Renúncia de Mandato: Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 9 fevereiro 2024): Modesto Manuel dos Santos (PS)

Ílhavo, 14 de março de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

*Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MARÇO de 2024 (reunião de 14 de março de 2024)

Aos quatorze dias do mês de março do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Extraordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 1. **"Resolução de requerer declaração de utilidade pública de expropriação por utilidade pública com caráter de urgência"**. A proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião da Sessão Extraordinária de 14 de março, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos